



Figura 1. Maxwell Alexandre. *Sem título* (da série Novo Poder), 2022. 320 x 480 cm. Látex, polidor de sapatos, betume, corante, grafite e acrílica sobre papel pardo. Cortesia do artista.

## Revista VIS, v. 21, n. 1

<https://periodicos.unb.br/index.php/revistavis>

## Dossiê

Políticas de representação nas artes visuais: entre conquistas e armadilhas

Cayo Honorato (UnB)<sup>1</sup>

Suene Honorato (UFC)<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Cayo Honorato é professor adjunto no Departamento de Artes Visuais e no Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade de Brasília, na linha de Educação em Artes Visuais, com pesquisa sobre a atuação dos públicos e a mediação cultural. E-mail: [cayohonorato@unb.br](mailto:cayohonorato@unb.br)

<sup>2</sup> Suene Honorato é professora adjunta no Departamento de Literatura e no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Ceará, com pesquisa sobre personagens indígenas nas literaturas brasileiras. E-mail: [suenehonorato@letras.ufc.br](mailto:suenehonorato@letras.ufc.br)

## Editorial

Nos últimos anos, a entrada em cena de agentes historicamente excluídos ou silenciados (particularmente mulheres, negras/os, indígenas e pessoas LGBTQIA+) transformou acervos, exposições e o perfil dos agentes que atuam ou são apresentados pelas instituições culturais e demais instâncias do circuito de arte no Brasil, assim como no meio acadêmico mudou currículos, temas de pesquisa e bibliografias, em um processo há muito tempo necessário, mas amplamente inconcluso, se considerarmos as questões de equidade e justiça social que isso envolve e que, todavia, seguem pendentes;<sup>3</sup> sobretudo quando uma vontade de eliminação das diferenças é respaldada pelos poderes constituídos e parte da sociedade civil organizada (ROCHA, 2021).

Ao mesmo tempo, não parece haver evento, exposição ou programação que não sejam hoje, em alguma medida, “co-curados” por essas questões, que têm sido discutidas ou referidas por meio de termos como *representatividade*, *decolonização*, *reparação*, *inclusão*, *diversidade* etc. A situação evidencia certamente uma conquista, mas é também um sinal de que tais mudanças podem estar sendo consumidas por uma cultura dominante, ao menos no campo da arte, sob o risco de alcançarem um ponto de *saturação*, *exaustão*, *acomodação*.<sup>4</sup> Afinal, trata-se de mudanças estruturais ou cosméticas? Ou de ambas, em diferentes combinações? De que modo aqueles agentes transpõem ou restam condicionados pelas expectativas sobre seus corpos, experiências e discursos? Como não reduzir a visibilidade à mera aparição, a um discurso sem ação? Que papel as instituições culturais e outras instâncias têm desempenhado

---

<sup>3</sup> Exemplo disso é a estagnação da desigualdade salarial entre pretos e brancos, assim como entre mulheres e homens na última década. Segundo dados da PNAD do IBGE, em 2012, o valor pago por hora de trabalho a uma pessoa preta era 42,8% menor do que o pago a uma pessoa branca; uma diferença que em 2022 diminuiu de forma irrisória para 40,2% (MATOS, 2022). Por sua vez, em 2012, as mulheres ganhavam em média 26,4% menos do que os homens; diferença que, em 2021, passa para 20,5% – um patamar ainda muito elevado, mesmo quando se compara trabalhadores com o mesmo perfil de escolaridade e ocupação (ALVARENGA, 2022).

<sup>4</sup> Referindo-se a um contexto principalmente norte-americano, C. Riley Snorton e Hentyle Yapp (2020) avaliam que as instituições estão mudando com a “adição” de corpos minoritários, mas não o modo como elas operam e o que elas demandam de seus operadores. A *saturação*, nesse caso, corresponde ao ponto em que “mais” representação não resulta necessariamente em mudanças substantivas. Ou pior, ao ponto em que pode permitir que as operações institucionais prossigam de maneira mais confortável.

nesse processo? De que modo as concepções e epistemologias da arte moderna e contemporânea têm sido mantidas, reformadas ou transformadas? Um balanço mais bem apurado desse quadro também segue pendente.

Embora a importância daquelas mudanças seja inegável, elas ainda não parecem ter alcançado as diretorias e conselhos das grandes instituições. Do mesmo modo, permanece inalterado certo organograma que subalterniza os setores educativos em face do curatorial e do expositivo. Por exemplo, a reivindicação por “mais mulheres” na curadoria não faria sentido na educação, uma área historicamente feminizada, por sua associação às atividades de reprodução e cuidado. Também a reconfiguração dos públicos parece muitas vezes postulada pela *abertura* das exposições, com base em noções de identificação e reconhecimento, como se não fosse necessário acompanhar o que ocorre no *tempo* das exposições. Além disso, a maneira como tais mudanças são, em parte, assimiladas por valores e práticas neoliberais, reiterando critérios baseados na singularidade, raridade e autenticidade, a esta altura, merece ponderação. Apesar do cenário de retração do setor cultural, não parece haver crise no mercado de arte, onde a perspectiva de uma carreira artística para aqueles agentes tem sido apoiada por um “colecionismo ativista”, interessado justamente na produção de “grupos minorizados” (GARCIA & FERRAZ, 2021).

É diante de encruzilhadas como essas, onde as políticas de representação – para além de sua positividade – aparecem de modo dilemático, deixando entrever uma série de “questões laterais”, que propomos este dossiê. Nesse contexto, afirmar que as mudanças conquistadas até aqui são insuficientes, como se o caso fosse demandar “mais representação”, não parece satisfatório. Eventualmente, para que as políticas de representação tenham a devida consequência (em termos de equidade e justiça social) e não se reduzam a uma dinâmica endógena (ORTELLADO, 2021), pode ser necessário rever rotas, estratégias, discursos e alianças ou, ainda, desvencilhar-se das armadilhas que a própria gramática da representação oferece, sem que exatamente seja possível se livrar da própria representação, enquanto um modo de inscrição no mundo em comum.

Como dissemos noutro lugar, o problema da diversidade, da equidade e da justiça social implica o desdobramento da "representação" como um conceito dinâmico, uma vez que ele corresponde ao processo por meio do qual as identidades (e as diferenças) são articuladas, negociadas e estabelecidas, em que elas se tornam visíveis e contestáveis, efetivas ou redundantes. Logo, o problema não é resolvido, mas sim aberto, quando reivindicamos uma política de representação mais complexa. E porque não podemos deixar de representar e ser representadas, especialmente se queremos falar umas *com* as outras, em vez de umas *pelas* outras, uma concepção não essencialista da representação deve ser divisada e praticada. Não ignoramos que as representações são investidas de significados particulares. No entanto, praticar aquela concepção requer mais do que um gesto crítico. Para começar, solicita um ponto de partida "simétrico" entre os críticos e os operadores das instituições (HONORATO, 2020).

Também noutro lugar, buscamos observar de que modo os conceitos de interseccionalidade, encruzilhada e exuzilhada reverberam sobre si mesmos, mas também como cada um pode incidir nos demais. No caso da interseccionalidade, percebemos que o seu dilema, entre se abrir para uma análise da complexidade e preservar suas especificidades, decorre da história e da forma como o próprio conceito vem sendo elaborado. Nesse processo, a ideia de uma "multiplicação" termina ironicamente sendo absorvida pela "adição", limitando desse modo não só a capacidade analítico-descritiva da interseccionalidade, mas seu próprio compromisso com as práticas democráticas. A saída desse dilema, no entanto, não nos parece exclusivamente política, já que dependeria da imaginação (e operacionalização) de um conceito não essencialista de representação – o que os conceitos de encruzilhada e exuzilhada nos parecem mais próximos de oferecer (HONORATO & HONORATO, 2021).

Para a composição deste dossiê, não só divulgamos amplamente uma chamada aberta, como também convidamos diretamente 32 pessoas com diferentes perfis: acadêmicos, antropólogos, artistas, curadores, educadores, filósofos, gestores, historiadores, pesquisadores, professores. Essas pessoas são brancas, homens, indígenas, mulheres, queer, negras, trans. Além disso,

representam diferentes gerações, estão diferentemente envolvidas com as questões do dossiê, têm filiações institucionais distintas e atuam em diferentes regiões, ou mesmo fora do Brasil. Nossa preocupação inicial era que o dossiê fosse "representativo", diante de questões irrestritas a um ou outro marcador de diferença. Dentre essas pessoas, 06 concluíram a submissão de suas propostas. A elas reiteramos vivamente nossos agradecimentos. Houve quem aceitou nosso convite, mas por diferentes razões não conseguiu nos atender. A elas agradecemos igualmente. O dossiê se completa com outras 03 contribuições, selecionadas a partir da chamada aberta. Também queremos lhes agradecer.

Durante a divulgação da chamada,<sup>5</sup> diferentes pessoas nos disseram que o debate proposto era não só pertinente como necessário. A repercussão da morte de Jaider Esbell em 04 de novembro de 2021 e, mais recentemente, o pedido de demissão do MASP por Sandra Benites em 17 de maio de 2022, que teria dito à instituição que "sua presença parecia estar mais a serviço de uma imagem de um museu diverso do que [sic] um interesse em seu trabalho propriamente" (MORAES & PERASSOLO, 2022), podem ser lidos como sinais de que os elementos para esse debate já estão configurados no Brasil. Por outro lado, o processo dos convites nos deu a impressão de que a capacidade de convocação de uma revista como esta é limitada. Precisaríamos oferecer outras condições de acompanhamento ou mesmo remuneração para que mais pessoas pudessem participar. Nem todas tinham tempo e recursos para se dedicar à escrita de um artigo acadêmico. Certamente, a hipótese de que o debate pode ser recebido como um tema sensível, que exige certa coragem, não deve ser descartada.

Também queremos agradecer a Maxwell Alexandre, por ter nos cedido a imagem de um de seus trabalhos da série Novo Poder para acompanhar a divulgação do dossiê. Uma das características dessa série é justamente a de tematizar o processo de "enquadramento" da produção de artistas negros, por meio da representação de pessoas pretas ocupando os espaços de arte. Os trabalhos em grande escala têm como efeito englobar e expor esses espaços, por meio de uma espécie de espelhamento crítico que evidencia suas ausências e apagamentos. Desse modo, Alexandre reflete sobre o seu próprio

---

<sup>5</sup> A chamada para o dossiê esteve no ar de 11 de abril a 31 de julho de 2022, no site da Revista VIS e nas redes sociais (HONORATO, 2022).

"embranquecimento" em consequência do prestígio que vem conquistando, assim como enfrenta o caráter excludente dos códigos da arte e das operações institucionais. Em postagem de 18 de novembro de 2022 no Instagram, o artista repudia a inserção de uma de suas obras na exposição "Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro", que era então inaugurada no Instituto Inhotim. Dentre os seus questionamentos, Alexandre (2022) assevera: "O que temos é mais uma vez o negro sendo tratado antropologicamente por uma instituição branca com agentes brancos tomando decisões".

A seguir apresentamos os textos que integram o dossiê:

Afonso Medeiros se propõe a pensar sobre o "paradoxo da representatividade". Para isso, parte de perguntas como: O que a representatividade de indígenas, negros, mulheres e lgbs significa para o modo como a história da arte é escrita? A representatividade consegue reconfigurar a noção de cânone ou acaba sendo reabsorvida por essa noção? A partir de estudos sobre a presença das mulheres na historiografia da arte, defende que o cânone vem se ampliando para abrigá-las; essa ampliação, porém, não alterou o modo como a noção de cânone é compreendida. Se a representatividade ajuda a denunciar o "universal" do cânone como uma espécie de fraude teórica, continua, por outro lado, correndo o risco de se tornar produto descartável no mercado da arte. Com isso, o artigo chama a atenção para a tarefa do arte-historiador comprometido com o seu tempo: não perder o bonde da representatividade.

Rafael Cardoso discute os tensionamentos e a fronteira movediça entre os termos santidade e negritude, a partir de dois casos de estudo principais: a encenação da peça Anjo Negro, de Nelson Rodrigues, em 1948, e a realização do concurso de pintura do Cristo de Cor, promovido pelo Teatro Experimental do Negro, em 1955. O texto segue as controvérsias em torno da repercussão dos eventos relatados, destacando a recepção polifônica que se configura em cada caso e que ajuda a iluminar o sentido daquelas iniciativas. Para o autor, a imagem do Cristo negro, mais do que a do "anjo negro", indica os limites da conciliação do racismo na cultura brasileira, nos anos 1940 a 1950.

Alessandra Mello Simões Paiva mostra que tem havido maior preocupação por parte das instituições do campo das artes em contemplar demandas dos setores

sociais minorizados, preocupação que ela chama de "virada decolonial". Sua discussão envolve, portanto, um esforço de transposição de postulados do decolonialismo para o campo das artes, recorrendo também à sociologia da arte e aos estudos culturais. Ela pergunta: será que essa "virada decolonial" terá efeitos estruturais? Para que tais efeitos se efetivem, ela acredita ser necessário apostar em políticas mais incisivas de inclusão de pessoas minorizadas em espaços de decisão e poder, de formação de público e de incorporação de obras decoloniais aos acervos, entre outras estratégias. Porém, a efetividade dessa aposta encontra seus limites na assimilação superficial dessas demandas pelo mercado capitalista, a que as instituições de arte estão muitas vezes submetidas. Por isso, haveria ainda um longo caminho a percorrer.

Larissa Souto Bargmann Netto, Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira e Selma Cristina da Silva elaboram questões contundentes sobre as políticas culturais que pretendem dar conta das demandas por "diversidade", "representatividade" e "inclusão", evidenciando os limites e contradições na relação das instituições com artistas e públicos, em meio à revisão das histórias e narrativas que elas pretendem contar. As reflexões propostas partem de pesquisas em processo, enfatizando neste momento a fundamentação teórica de seus objetos. As atividades de campo em andamento apontam para o tensionamento daqueles conceitos, entre outros, tomados enquanto campos de disputa, mais do que noções intrinsecamente positivas.

Ao fazer um histórico da museologia social e da Nova Museologia, Gleyce Kelly Heitor aponta as contradições entre o atendimento de demandas por democracia nos museus, ou pela democratização do acesso ao "fazer museus", e a aderência dessas instituições a pautas neoliberais. Nesse processo, é a própria disputa em torno do conceito de museu que se pretende representar. A autora analisa a implantação dos Pontos de Memória como política de controle dos territórios através da cultura, que buscam a "pacificação" em regiões consideradas problemáticas do ponto de vista da segurança pública. Assim, essa política teria reafirmado as práticas coloniais de tutela dos sujeitos socialmente marginalizados. Desse modo, o Programa Pontos de Memória é avaliado como simultaneamente transformador e conservador, tendo gerado reconhecimento, mas não redistribuição de recursos.

Milene Chiovatto defende que, apesar das "viradas" ou "ondas" teóricas contribuírem para a resignificação de perspectivas curatoriais, os museus continuam sendo, em muitos casos, instituições reprodutoras de uma lógica social excludente. Para a autora, as chamadas ações afirmativas, além de insuficientes, não têm resultado em mudanças estruturais efetivas. A partir de uma concepção construtivista de base freireana, o texto questiona a institucionalidade da Educação, visando uma proposta de educação museal emancipatória. Um exemplo prático de como essa proposta pode ser desenhada é dado a partir das mostras "Arte no Brasil: uma história na Pinacoteca" e "Pinacoteca: acervo", em que a opção do Núcleo de Ação Educativa foi tensionar a proposta cronológica do discurso curatorial, por meio da proposição de outras obras e dispositivos textuais e expográficos.

Daina Leyton repassa a trajetória de dois educadores-artistas surdos, Edinho Santos e Leo Castilho, iniciada no projeto Aprender para Ensinar, do Museu de Arte Moderna de São Paulo. O projeto foi idealizado após visitas de estudantes surdos ao museu, com o propósito de formar educadores surdos para receber pessoas surdas no museu. A autora enfatiza que o maior legado desse projeto não foi o acesso da comunidade surda ao museu, mas sim a oportunidade para que esse e outros espaços pudessem conhecer as culturas surdas e se transformarem a partir disso. Atenta particularmente à participação dos jovens nesse processo, Leyton pondera que não basta lhes oferecer situações pré-determinadas, mas abrir espaço para que sua fala transgressora tenha consequências práticas.

Sarah Marques Duarte entrevista a artista Paulx Castello, sobre sua atuação como performer e produtora de pornografia desviante, em que a performance é compreendida e praticada como um "estado do corpo". Em vez de reivindicar mais representação, a artista questiona as representações cisheteropatriarcais do pornô tradicional, e realiza performances que tensionam as classificações de gênero.

Rosemeri Conceição resenha o livro *L'art e la race*, de Anne Lafont, cujo principal objetivo seria demonstrar como a Arte colaborou para a construção de hierarquias raciais baseadas na cor da pele. O percurso argumentativo do livro,

segundo Conceição, comprova que a noção de "brancura" se origina, na história colonial europeia, da necessidade de distinguir caracteres aristocráticos como superiores. Lafont, ao examinar obras artísticas, mostra que elas não apenas representam, mas "forjam" novas realidades – ressalta a autora da resenha.

## Referências

ALEXANDRE, Maxwell. eu repudio veemente [*sic*] a inserção de minha obra..., 18 nov. 2022. Instagram: maxwell\_\_alexandre. Disponível em <<http://bit.ly/3XhudfN>>. Acesso: 19 nov. 2022.

ALVARENGA, Darlan. Mulheres ganham em média 20,5% menos que homens no Brasil. **G1**, 08 mar. 2022. Disponível em <<http://bit.ly/3E9Tq2U>>. Acesso: 17 nov. 2022.

GARCIA, Giulia & FERRAZ, Marcos Grinspum. Mercado de arte em 2021: longe da crise. **Arte! Brasileiros**, 16 dez. 2021. Disponível em <<http://bit.ly/3hUvCZz>>. Acesso: 21 nov. 2022.

HONORATO, Cayo. The Predicament of Representation in the Politics of Diversity: A Discussion through Tate Encounters. **Museum & Society**, Leicester, v. 18, n. 4, p. 409-424, 2020. Disponível em <<https://doi.org/10.29311/mas.v18i4.3363>>. Acesso: 17 nov. 2022.

HONORATO, Cayo. Chamada para dossiê, 11 abr. 2022. Facebook: cayo.honorato. Disponível em <<http://bit.ly/3TMqMSh>>. Acesso: 20 nov. 2022.

HONORATO, Cayo & HONORATO, Suene. Interseccionalidade e encruzilhada: exuzilhamentos. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, e5783, 2021. Disponível em <<https://doi.org/10.18617/liinc.v17i2.5783>>. Acesso: 17 nov. 2022.

MATOS, Thaís. Trabalhadores pretos ganham 40,2% menos do que brancos por hora trabalhada. **G1**, 15 nov. 2022. Disponível em <<http://bit.ly/3OmASBu>>. Acesso: 17 nov. 2022.

MORAES, Carolina & PERASSOLO, João. Primeira curadora indígena pede demissão do Masp após veto a fotos do MST. **Folha de São Paulo**, 17 mai. 2022. Disponível em <<http://bit.ly/3hZaku0>>. Acesso: 18 nov. 2022.

ORTELLADO, Pablo. Fazer cultura em meio às guerras culturais. **Revista Observatório**, São Paulo, n. 28, p. 187-191, 2021. Disponível em <<http://bit.ly/3TRICMO>>. Acesso: 17 nov. 2022.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

SNORTON, C. Riley & YAPP, Hentyle. "Sensuous Contemplation": Thinking Race at its Saturation Points. In: \_\_\_\_ (ed.). **Saturation**: Race, Art, and the Circulation of Value. Cambridge; London: The MIT Press, 2020, p. 1-12.